

**Discurso da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
– Tereza Campello – na Cerimônia de Abertura da III Conferência Global sobre
Trabalho Infantil, realizada dia 08 de outubro de 2013, em Brasília.**

É com grande **alegria** que lhes dou as **boas-vindas** a Brasília e ao Brasil.

O governo e o povo brasileiro acolhem, de braços abertos, todos para perseguir **um mesmo objetivo: a erradicação de todas as formas de trabalho infantil.**

A III Conferência Global já começa como um **êxito**, ao reunir mais de **1.300 pessoas, de 153 países diferentes**, 36 deles representados em nível ministerial.

Contamos com 135 delegações governamentais, 112 representações de trabalhadores, 63 representantes de confederações patronais, 15 Organizações não governamentais internacionais, 40 representações da sociedade civil local, 11 instituições internacionais internacionais.

Além de 190 representantes da imprensa nacional e internacional.

Entre nós também o Secretário Geral da OIT, Guy Ryder, que se empenhou para garantir esta Conferência com alta representatividade.

Agradeço à OIT, que tem sido parceira incansável do Brasil no combate ao trabalho infantil, e também aos **Ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores**, cujo esforço conjunto tornou possível a realização desse grande evento.

É importante referir que desde outubro do ano passado está em funcionamento uma comissão organizadora quadripartite, que estabeleceu as bases políticas para nossa Conferência.

A partir de maio também passou a operar o Comitê Consultivo Internacional, com participação de 37 países, OIT, Comissão Intersindical, Organismos Internacionais, cito em especial a Marcha Global. Devemos a estes espaços a intensa mobilização e debate que gerou o documento base, que nos serve de guia, e os elementos para montar a Carta de Brasília, que está sendo discutida entre as partes e que, ao final dos trabalhos, renovará nossos compromissos para avançar.

É uma oportunidade única para **renovar o diálogo político e social**, que deve orientar a ação da comunidade internacional e de cada um de nossos países, de modo **democrático e inclusivo**.

Por ser parte de um **país que sempre acolheu e acolhe todas as nacionalidades e todas as culturas**, convido-os a fazer desta Conferência um **evento aberto e otimista, como o próprio Brasil**, olhando para **o futuro que queremos construir, livre do trabalho infantil**.

TRABALHO INFANTIL: ELIMINAÇÃO SUSTENTÁVEL

É uma honra presidir esta Conferência e poder contribuir com este debate.

Quero me dedicar ao tema proposto: a eliminação sustentável do trabalho infantil, e em alguns casos citar o Brasil a título de exemplo.

Não temos dúvida de que cabe aos governos o papel de liderança na elaboração e implementação de políticas e programas para erradicar o trabalho infantil, dando preferência a ações que combatam as piores formas.

No entanto, também sabemos que não podemos e nem devemos agir sem a cooperação de nossos parceiros empregadores, trabalhadores e organizações da sociedade civil.

No caso do trabalho infantil, toda ação que impeça, reduza, combata, me parece bem vinda.

Mas, nesta mesa, nossa tarefa é discutir o enfrentamento sustentável ao Trabalho Infantil. No debate, com ênfase em ações sustentáveis, valorizaremos aquelas com efeitos duradouros sobre as causas, as que tem capacidade de alterar os seus determinantes, atacar a raiz do problema.

Na minha opinião o primeiro elemento que define uma ação sustentável de combate ao Trabalho Infantil é sua multidimensionalidade.

Temos que afirmar que sem uma abordagem ampla, multidimensional, intersetorial, dificilmente teremos uma ação duradoura e efetiva.

Esta não é uma questão simples, conceitual. Se queremos impacto, temos que ter escala, abrangência e articular diferentes atores. No Brasil, por exemplo, no mínimo implica em envolver 5.570 municípios. Mas este deve ser nosso objetivo.

A segunda questão está na necessária atuação do Estado. O Estado deve ser ativo. É possível sim avançar no combate ao trabalho infantil, seja na crise ou no crescimento econômico. Com políticas públicas, com determinação dos Governantes.

O Brasil é prova disto. Em 20 anos, houve redução de 88% do número de crianças de 5 a 9 anos submetidas ao trabalho. Nestes 20 anos, o Brasil viveu diferentes momentos do ponto de vista econômico. O trabalho infantil foi reduzido tanto em períodos de estagnação econômica e alto desemprego, como nos anos 90, quanto em períodos de crescimento e ampliação do emprego, como o Brasil vive desde 2003.

Mas, sem a implementação decisiva de políticas públicas, dificilmente teríamos avançado.

Levantar este tema é fundamental, pois esta Conferência acontece num período de grave crise econômica no mundo. Em vários países vemos altas taxas de desemprego e precarização das condições de trabalho. E mais uma vez políticas restritivas e de corte de gastos públicos aparecem como solução.

A crise tem sido usada para retroceder nos direitos sociais.

Não acreditamos no corte de gastos sociais como caminho para sair da crise. Isto gera mais crise, mais estagnação, mais exclusão.

Não existe solução de longo prazo sem uma perspectiva de geração de trabalho decente e renda.

A miséria não é a única causa do Trabalho Infantil, como afirmou a presidenta Dilma, mas é um dos seus determinantes centrais. Crianças são colocadas em situação de trabalho para complementar a renda da família ou viabilizar sua subsistência. Isto acontece em países pobres, e acontece em países ricos onde persistem bolsões de pobreza.

Aqui entramos num terceiro aspecto estratégico da superação sustentável do trabalho infantil: políticas de inclusão e de superação da pobreza.

Cito mais uma vez o Brasil. Estamos enfrentando a crise mundial com outro modelo. Até porque já provamos desta solução de corte de gastos nos anos 90 e sabemos que não leva à prosperidade.

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro tem como centro a inclusão. Está ancorado em políticas como as de valorização do salário mínimo, formalização do emprego, fortalecimento da agricultura familiar, proteção social como o Bolsa Família e ampliação do acesso aos serviços públicos.

Mesmo com taxas de crescimento mais modestas temos avançado na redução da desigualdade e no aumento da renda da população, em especial dos mais pobres.

O desemprego está no mais baixo patamar da nossa história.

Entre 2000 e 2012, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram uma redução de 36% do trabalho infantil no planeta entre crianças de 5 a 14 anos. Nesse mesmo período, o Brasil teve recuo de 67% na mesma faixa etária.

Até aqui, levantei 3 pontos centrais que devem ser considerados quando debatemos sustentabilidade na eliminação do Trabalho Infantil: abordagem multidimensional; forte atuação do estado; superação da pobreza.

Dentre as medidas concretas, imprescindíveis de serem adotadas para garantir uma trajetória de redução sustentável eu destacaria:

- 1) Legislação robusta, com centralidade para o combate ao Trabalho Infantil e que garanta suporte legal para atuação dos atores na repressão às práticas de exploração de crianças e adolescentes. Neste sentido as Convenções da OIT são uma referência importante.
- 2) Produzir dados e estatísticas que permitam um bom diagnóstico. As medidas devem ser pensadas a partir deste diagnóstico, inclusive do ponto de vista do impacto nos territórios. Aqui vale um parêntese, pois uma forma “eficiente” de negar a existência de trabalho de crianças e adolescentes é não ter dados. Ter estatísticas nos permite estabelecer metas claras e constante monitoramento. O Brasil se orgulha de ter dados isentos e confiáveis. Revelar as situações de trabalho, tirar estas crianças da invisibilidade é, em si, um passo transformador.
- 3) Ações de repressão e fiscalização ao Trabalho Infantil. Neste caso, a ação é pontual, mas se for estruturada como política de estado, permanente e continuada, com repressão ao trabalho Infantil, certamente terá efeito inibidor sobre o conjunto da sociedade;
- 4) Piso de Proteção Social para as famílias em situação de miséria/pobreza. A OIT tem sido defensora desta ação. No Brasil temos o Bolsa Família que tem como prioridade chegar as famílias com crianças, e que trata de forma diferenciada as crianças retiradas do Trabalho Infantil, com suporte através da Rede de Assistência Social e do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

Defendo fortemente que o piso social seja condicionado à frequência escolar. Os resultados obtidos no Brasil são espetaculares. Nossas crianças pobres tem um abandono escolar inferior à média da rede pública e alcançaram o mesmo desempenho.

5) Garantir um espaço institucional que permita que os diferentes atores (governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil) formulem políticas, debatam alternativas e ações locais específicas. A transparência é fundamental por permitir que a sociedade exerça controle social de melhor qualidade, centrado em dados que são do conhecimento de todos. Há diferentes experiências, em alguns países são comissões quadripartites, em outras fóruns, todas são experiências válidas. O importante é trazer os atores para uma mesma mesa.

Deixei para tratar como tema, destacado dos demais, a educação.

Certamente se tivermos que eleger um único tema, para falar em sustentabilidade, este tema seria a educação:

- Garantir acesso;
- Garantir oferta;
- Garantir educação de qualidade.

São os grandes desafios para os países pobres e em desenvolvimento.

Uma estratégia muito bem sucedida, mas ainda em curso no Brasil, é a de unir Bolsa Família com educação em tempo integral, viabilizando que os nossos meninos e meninas mais vulneráveis estejam mais tempo na escola: mais expostos ao ambiente escolar, com mais acesso a alimentação de qualidade e menos vulneráveis ao trabalho e à violência.

Por último, acho importante me referir ao desafio contemporâneo do Brasil, que certamente é vivenciado por jovens de outras regiões no mundo.

No Brasil, 80% trabalho infantil está entre os que têm mais de 14 anos de idade, vão à escola e vivem em famílias com renda per capita de R\$ 534 (o que corresponde a cerca de US 270).

Estes adolescentes já buscam um espaço seu. Já buscam construir suas vidas de adultos. De certo modo a escola tradicional – de que estou falando – são escolas com currículos envelhecidos, que não incorporam metodologias participativas, mantendo a rigidez da falta de interatividade, agravada em muitos casos por se tratar de ensino noturno. Essa escola não se coloca como alternativa interessante à parte dos adolescentes.

Nosso desafio também é, para além de ampliar o acesso, a oferta e a qualidade da educação, prover este jovem de uma escola nova, atual.

Estamos apostando no ensino técnico e tecnológico, para que o jovem veja na escola uma perspectiva de futuro profissional. Mas outras referências tem que ser construídas, para que o ambiente cada vez mais comercial e competitivo não leve este adolescente antecipadamente para o trabalho.

É possível comemorar avanços em todo o mundo. Mas todos aqui tem um objetivo: queremos mais!!!!

A Conferência que se inicia hoje é uma oportunidade para troca de experiências e, como não temos que deliberar, podemos debater não apenas sobre o nosso sucesso mas também sobre o que não funciona e assim evitar armadilhas que custam tempo e podem diminuir a chance de nossas crianças e adolescentes terem um novo tipo de futuro.

Convido a todos os que estão aqui presentes, venham de países ricos ou pobres, a compartilhar seu conhecimento e juntos estabelecer novos marcos sobre como avançar na construção de um mundo onde crianças e adolescentes não estejam submetidas ao trabalho. Onde todas tenham direito a estudar, brincar, cantar, tocar e sonhar com um futuro melhor.